



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**INTERESSADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO  
NORDESTE LTDA  
ENDEREÇO: ROD BR 116,00390, KM 43, AV DE PENETRAÇÃO,RURAL,  
HORIZONTE/CE  
CGF: 06.265.931-6 CNPJ: 02.191.904/0001-77  
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 201505295-7  
PROCESSO Nº1/1725/2015**

**EMENTA: ICMS - FALTA DE ESCRITURAÇÃO.** Deixar de escriturar na DIEF notas fiscais referentes a mercadorias isentas, com não incidência ou substituição tributária.Ano:2011. Caracterizada a infração.**AÇÃO FISCAL PROCEDENTE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art.18 da Lei 12.670/96.Instrução Normativa 37/2014. **PENALIDADE:** ART.126 da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/03. **JULGAMENTO À REVELIA.**

JULGAMENTO Nº 222 / 15

**RELATÓRIO:**

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: “As infrações decorrentes de operações com mercadorias ou prestações de serviços tributados por Regime de Substituição tributária cujo imposto já tenha sido recolhido. Em 2011 o contribuinte deixou de escriturar em sua DIEF R\$205.356,15 em notas fiscais referente a mercadorias isentas, não incidência ou ST. Multa= 10% x valor das notas”.

Consiste o crédito tributário em multa de **R\$20.535,62 (vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos).**

O Auto de Infração foi lavrado em 04/05/2015. Período da infração: 01/2011 a 12/2011.

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.126 da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/2003.

Exaurido o prazo legal e na inoportunidade de qualquer manifestação por parte da empresa autuada lavrou-se o competente Termo de Revelia.

Eis, o relatório.

#### **FUNDAMENTAÇÃO:**

A matéria aqui tratada é concernente à análise fiscal da seguinte infração: Em 2011 o contribuinte deixou de escriturar em sua DIF R\$205.356,15 em notas fiscais referente a mercadorias isentas, não incidência ou ST. Multa= 10% x valor das notas.

O autuante esclarece que não houve resposta ao Termo de Intimação 2014.28631 em que é solicitado ao contribuinte fazer a opção pelo tipo de arquivo magnético eletrônico a ser considerado na fiscalização até o ano de 2011. Assim, foi considerado os dados da DIF para o ano de 2011 e SPED para os demais, de acordo com a Instrução Normativa 37 de 2014.

#### **DOS ASPECTOS FORMAIS**

Esclarecemos, preliminarmente, que todos os aspectos formais foram examinados e foram suficientes para dá prosseguimento à decisão monocrática.

Manifestamos sobre as questões pertinentes a *litis contestatio* e estamos fundamentando nossa decisão de acordo com os fatos examinados, averiguados conjuntamente com a legislação tributária.

O direito ao contraditório, ampla defesa do autuado e o devido processo legal foram devidamente assegurados. Atendemos ao preceituado no artigo 33 do Dec.nº25.468/99. Externamos os fundamentos normativos e fácticos seguidos das razões técnicas e jurídicas. Assim, entendemos que motivamos o *decisum* com a aplicação da lei ao caso concreto, assegurando, assim, o que postula o Princípio da Motivação que determina que a administração deverá justificar seus atos, apresentando as razões que o fizeram decidir sobre os fatos com a observância da legalidade.

No que concerne às intimações/ciência e após todas as tentativas efetuadas pelo agente fiscal, o auditor optou por fazer a ciência por meio de Edital em face da empresa ter mudado para o Estado de Goiás. (Informações às fls.4).

Logo, a ciência teve como marco inicial à data de 13 de fevereiro de 2015/ Publicação do Diário Oficial do Estado. E a contagem da intimação a partir de 15 (Quinze) dias após a publicação do respectivo Edital.

- Mandado de Ação Fiscal Nº2014.16562

- Termo de Início de Fiscalização 2014.28625. Emissão em 20/11/2014. Período de 90 dias contados a partir da ciência;
- Envios sucessivos por AR/Recebimento por Porteiro/Motivo: mudança;
- Intimação por Edital Nº6/2015 do Termo de Início em 13/02/2015;
- Contagem a partir de 15 (quinze ) dias após a publicação do Edital;
- Contagem efetiva em: 28/02/2015 (90 dias)
- Termo de Conclusão 2015.06257 emitido em 04/05/2015 (Dentro do prazo).
- Edital de Intimação Nº142/2015 - 26/05/2015.
- Data máxima para conclusão dos trabalhos fiscais:30/05/2015

Ultrapassada essa questão formal passaremos ao lançamento tributário.

### DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O certo é que, o descumprimento da presente obrigação se perfez quando o agente autuante constatou a irregularidade.

A definição do conceito de lançamento tributário impõe consulta ao teor do art. 142 do Código Tributário Nacional, o qual dispõe:

**“Art. 142.** Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

**Parágrafo único.** A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.”

Portanto, após o término do prazo estipulado nos Termos de Início e Intimações e não tendo sido constatada a escrituração das notas fiscais, procedeu-se ao lançamento.

### DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Já somos sabedores de que a obrigação é o poder jurídico pelo qual uma pessoa (sujeito ativo), com base na lei ou no contrato (causa), pode exigir de outra, ou de um grupo de pessoas (sujeito passivo), o cumprimento de uma prestação possível, lícita, determinável e possuindo expressão econômica (objeto). Obrigação tributária é o vínculo jurídico pelo qual o Estado, com base exclusivamente na legislação tributária, pode exigir do particular uma prestação tributária positiva ou negativa.

**Obrigação tributária principal** é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente (CTN, art. 113, § 1º).

A **obrigação tributária acessória** decorre da legislação tributária e tem por objeto o cumprimento de prestações, positivas ou negativas, nelas previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos (CTN, art. 113, § 2º).

Enquanto a obrigação tributária principal só pode decorrer de lei, a obrigação tributária acessória pode ser estabelecida por qualquer das normas que integram a legislação tributária (CTN, art. 96). A obrigação tributária acessória visa a atender aos interesses do fisco no tocante à fiscalização e arrecadação dos tributos e corresponde a qualquer exigência feita pela legislação tributária que não seja o pagamento do tributo.

**Obrigação tributária acessória** - A obrigação acessória decorrente da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. A obrigação acessória, **pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal** relativamente à penalidade pecuniária. Veja Art. 113, §2º e §3º, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/66.

#### NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS NÃO ESCRITURADAS

Da análise das notas fiscais emitidas para o contribuinte e mediante informações do Laboratório Fiscal constatou-se que o autuado deixou de escriturar **134 (cento e trinta e quatro)** notas fiscais eletrônicas referentes a operações de entrada interna e interestaduais de insumos isentos, não tributadas ou tributadas por substituição tributária, valores abaixo elencados conforme autuante.

| 2011  | QTD DE DOCS | VALOR      |
|-------|-------------|------------|
| JAN   | 1           | 453,50     |
| FEV   | 14          | 6.610,20   |
| MAR   | 6           | 6.905,80   |
| ABR   | 4           | 8.598,83   |
| MAI   | 6           | 50.019,23  |
| JUN   | 13          | 561,10     |
| JUL   | 9           | 6.181,02   |
| AGO   | 15          | 2.296,35   |
| SET   | 12          | 41.225,76  |
| OUT   | 13          | 6.161,36   |
| NOV   | 19          | 54.020,53  |
| DEZ   | 22          | 22.322,47  |
| TOTAL | 134         | 205.356,15 |

## DISPOSITIVOS LEGAIS

**“Art.75** - As pessoas definidas nesta lei como contribuintes, quando da realização de operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços, estão obrigadas à emissão de documentos fiscais próprios bem como ao cumprimento das demais obrigações acessórias na legislação. (Lei 12.670/96)

**Art.269.** O Livro Registro de Entradas, modelo 1 ou !-A, anexos XXXI e XXXII, destina-se à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuados a qualquer título pelo estabelecimento. (Dec.24.569/97)

## PENALIDADE

Logo, entendemos que a penalidade aplicada, ao caso em tela, deva ser a do artigo 126, da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/03, vez que, as notas fiscais, objeto do lançamento, referem-se a bens isentos, não tributados ou sujeitos ao regime de substituição tributária.

**“Art.126.**As infrações decorrentes de operações com mercadoria ou prestações de serviços tributados pelo regime de substituição tributária cujo imposto já tenha sido recolhido, bem como as amparadas por não incidência ou contempladas com isenção incondicionada, ficam sujeitas à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da operação ou prestação”. (Lei 12.670/96).

Portanto, não há como deixar de imputar a empresa autuada o ilícito tributário, vez que, as normas de Direito Tributário orientam-se sempre no sentido de atingir a realidade tributária e econômica das relações que disciplinam evitando o descumprimento da legislação estadual.

## DECISÃO:

Diante do exposto, decido pela **PROCEDÊNCIA** da presente ação fiscal, intimando a empresa autuada a recolher aos cofres do Estado, conforme demonstrativo que se segue, o valor de **R\$20.535,62** (vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos) com os devidos acréscimos legais, no prazo de **30(trinta) dias**, a contar da data da ciência dessa decisão, ou em igual período, interpor recurso ao Conselho de Recursos Tributários, na forma da legislação processual vigente.

**DEMONSTRATIVO**

| 2011         | QTD DE DOCS | VALOR             | MULTA %    | MULTA            |
|--------------|-------------|-------------------|------------|------------------|
| JAN          | 1           | 453,50            | 10%        | 45,35            |
| FEV          | 14          | 6.610,20          | 10%        | 661,02           |
| MAR          | 6           | 6.905,80          | 10%        | 690,58           |
| ABR          | 4           | 8.598,83          | 10%        | 859,88           |
| MAI          | 6           | 50.019,23         | 10%        | 5.001,92         |
| JUN          | 13          | 561,10            | 10%        | 56,11            |
| JUL          | 9           | 6.181,02          | 10%        | 618,10           |
| AGO          | 15          | 2.296,35          | 10%        | 229,64           |
| SET          | 12          | 41.225,76         | 10%        | 4.122,58         |
| OUT          | 13          | 6.161,36          | 10%        | 616,14           |
| NOV          | 19          | 54.020,53         | 10%        | 5.402,05         |
| DEZ          | 22          | 22.322,47         | 10%        | 2.232,25         |
| <b>TOTAL</b> | <b>134</b>  | <b>205.356,15</b> | <b>10%</b> | <b>20.535,62</b> |

**MULTA: R\$20.535,62**

Célula de Julgamento em 1ª Instância  
Fortaleza, aos 17 de setembro de 2015.

  
Eliane Resplande

Julgadora Administrativo - Tributária